

ESTANDO EM PERIGO, PARA ONDE VAI A LITERATURA?

MONTEIRO, Romildo Biar¹
SILVA, Francisca Yorranna da²

RESUMO: Este artigo discute as relações estabelecidas entre a arte literária e a sociedade. Para tanto, propõe-se a compreender o que é a literatura, o seu caráter humanizador e, por fim, a sua inserção nos ambientes de ensino. Com efeito, o presente texto acolhe uma perspectiva crítico-analítica arrimada nas bases do pensamento da crítica literária e da teoria da literatura.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; sociedade; ensino.

IN DANGER, WHERE DOES LITERATURE GO?

ABSTRACT: This article discusses the relationships established between literary art and society. In order to do so, it aims to understand what literature is, its humanizing nature, and ultimately its integration into educational environments. Indeed, the present text embraces a critical-analytical perspective based on the foundations of literary criticism and literary theory.

KEYWORDS: Literature; society; education.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará. Pesquisador do Grupo de Estudos Vertentes do Mal na Literatura e bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP. E-mail: romildobiar@gmail.com

² Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisa a obra do escritor Raduan Nassar. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP. E-mail: yorrannasilva@gmail.com.

OS SENTIDOS DA LITERATURA: CAMINHOS DA HUMANIZAÇÃO

Abordar as relações entre literatura e sociedade, atentando para seus matizes, implica ingressar numa seara de enorme inquietação intelectual, e, ao mesmo tempo, admitir uma difícil empreitada no plano da própria condição humana. Eis aqui a matéria abismal que agora nos vê e que nos olha, porque a literatura “pode ser tanto uma questão daquilo que as pessoas fazem com a escrita como daquilo que a escrita faz com as pessoas” (EAGLETON, 2006, p. 9-10). Sendo assim, a experiência que desabrocha da literatura é, por vezes, a do fascínio pela constituição do homem, o que significa tentar traduzir e representar seus achaques e seus medos, seus amores e suas ambições. E, nesse sentido, a literatura acompanha o homem desde suas origens, seja sob a forma de “palavra pensada, palavra pegante, dada ou guardada, que vai rompendo rumo” (ROSA, 2001, p. 194).

De início, precisamos aclarar o que aqui se compreende por literatura porque, como assevera Leyla Perrone-Moisés (2016, p. 8), em *Mutações da literatura no século XXI*, “não existe um conceito de literatura, apenas acepções que variam de uma época a outra” (PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 8). Não obstante, torna-se imperioso sublinhar a existência, dentro da teoria literária, de uma profusa discussão acerca desse conceito que, muitas vezes, revela seu potencial metamórfico. À vista disso, compete-nos trazer à baila a distinção tecida por René Wellek e Austin Warren (1971, p. 17) entre literatura e estudo da literatura, por entenderem tratar-se de práticas distintas: “uma é criadora, uma arte; a outra, embora não precisamente uma ciência, é, no entanto, uma modalidade do conhecer ou do aprender”. Dito de outra maneira, a literatura converte-se em criação artística desencadeadora de experiências estéticas capazes de despertarem também questões de ordens histórica, ética e cultural. Por seu turno, a Teoria da Literatura busca decodificar em sentido analítico as experiências e expressões suscitadas pela obra de arte.

Em *O demônio da teoria*, Antoine Compagnon assevera que “no sentido mais amplo, literatura é tudo o que o que é impresso (ou mesmo manuscrito), são todos os livros que a biblioteca contém” (1999, p. 31). O crítico francês considera, ainda, que em sentido restrito, a literatura como fronteira entre o literário e o não literário revela diferentes matizes de acordo com as épocas e as culturas, daí pontuar que “o sentido moderno de literatura (romance, teatro e poesia) é inseparável do romantismo, isto é, da afirmação da relatividade histórica e geográfica do bom gosto, em oposição à doutrina clássica da eternidade e da universalidade do

cânone estético” (COMPAGNON, 1999, p. 32). Nesse sentido, na medida em que é um produto cultural, a literatura está sujeita às transformações históricas, portanto, torna-se infrutífera qualquer tentativa de definir a literatura de forma essencial e intemporal (PERRONE-MOISÉS, 2016). Destarte, considerando-se a impossibilidade de uma definição pontual de literatura, adotamos nesta breve discussão a compreensão mais ampla possível acolhendo, desse modo, a noção defendida por Antonio Candido (2004, p. 174):

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações.

Na compreensão de Candido, a literatura não está restrita àquilo que está escrito, ela corresponde também à oratura, que constitui uma forma de transmissão de conhecimento capaz de transpor os limites espaço-temporal, pois, está fortemente atrelada ao imaginário coletivo, em que as crenças e costumes tradicionais enraízam-se e se mesclam no repertório popular. De modo geral, muitas das estórias que são conhecidas e apreciadas na atualidade têm suas fontes nas profundas águas da oralidade. Por esse ângulo, podemos compreender que determinadas criações artístico-literárias congregam diferentes “performances” por intermédio do processo dialógico de entrelace de vozes tradicionais e contemporâneas. A literatura de cordel, por exemplo, compreendida como autêntica construção poética do homem do povo, na medida em que manifesta o espírito e o imaginário do sertão, coaduna-se ao que o estudioso Paul Zumthor (1993, p. 18) denomina de “oralidade mista”, ou seja, oralidade caracterizada pela confluência com a cultura escrita.

Em contextos sócio-históricos nos quais a empatia parece ser deixada de lado e a desumanização torna-se bandeira hasteada e, por vezes, símbolo nevrálgico de uma sociedade entregue a pautas e ações extremistas, vicejados por um espectro político-social reacionário, cuja planta desde o seu nascedouro carrega a marca vergonhosa do golpismo que é, antes de tudo, segregacionista, e que, portanto, sua flora e seus frutos não podem ser outros senão a destruição e a ruína de valores humanos e de princípios essenciais ao que se chama Estado democrático de direito, cabe interrogar: em tempos difíceis, nos quais o contexto social se revela hostil e destrutivo, o que, de fato, pode a literatura?:

A literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda muito mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, transformar a cada um de nós a partir de dentro (TODOROV, 2009, p. 76).

Pensar o papel da literatura é – para utilizamos a perspectiva de Paulo Freire (2019) – um ato revolucionário. Nesse sentido, escrever, ler ou estudar uma obra literária, discutindo a respeito das mais distintas questões sobre a condição humana e o agir diante dos semelhantes, de seus dramas, temores e sonhos constitui, notoriamente, uma atitude insubmissa, um ato de rebeldia de quem não aceita a imposição de normas e ações que ferem a dignidade humana, a nossa própria existência porque “a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (CANDIDO, 2004, p. 175). Não obstante, como fruto do humano, a literatura possui uma essência dual; ela é – para utilizarmos uma expressão de Georges Bataille (2017) – *culpada*, na perspectiva de que não é inofensiva, “mas uma aventura que pode causar problemas psíquicos e morais, como acontece com a própria vida, da qual é imagem e transfiguração” (CANDIDO, 2004, p. 175).

Em *Literatura para quê?*, o professor de literatura francesa, Antoine Compagnon destaca a capacidade da literatura de dotar “o homem moderno de uma visão que o leva para além das restrições da vida cotidiana” (COMPAGNON, 2009, p. 36). Nesse sentido, o texto literário se revela instrumento capaz de ir além da linguagem comum, e desvelar quem somos, como somos, porque somos e do que somos capazes. Dito com outras palavras, a literatura nos ensina a viver porque é capaz de nos livrar da mesquinhez parasitária daqueles que se arvoram os verdadeiros detentores da razão, baluartes de posições inquestionáveis. A literatura é nosso alimento, proteção e a forma de defender nossas ideias, pois como diria Vargas Llosa:

E nada defende melhor os seres vivos contra a estupidez dos preconceitos, do racismo, da xenofobia, das obtusidades localistas do sectarismo religioso ou político, ou dos nacionalismos discriminatórios, do que a comprovação constante que sempre aparece na grande literatura a igualdade essencial de homens e mulheres em todas as latitudes e a injustiça representada pelo

estabelecimento entre eles de formas de discriminação, sujeição ou exploração (LLOSA, 2009, p. 21).

As palavras de Mario Vargas Llosa sobre a literatura colocam em pauta o papel dela diante da humanização dos indivíduos e da autonomia dos homens, como objeto aquiescente no caminho da completude da existência que se dá mediante construção de valores morais, espirituais e estéticos. Dito isso, ressalta-se o entendimento de Candido (2004, p. 177), para o qual “toda obra literária é antes de mais nada uma espécie de objeto, de objeto construído; e é grande o poder humanizador desta construção, enquanto construção”. Por conseguinte, o teor de humanização da literatura decorre, segundo Candido (2004, p. 180), de um

processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensíveis e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante.

Em “O direito à literatura”, Antonio Candido apresenta uma defesa intransigente da literatura sob o prisma de um bem inalienável, um direito pétreo. Para tanto, é necessário “reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo” (CANDIDO, 2004, p. 172). Não obstante, na compreensão do sociólogo, diversas pessoas ao mesmo tempo em que defendem o acesso a determinados bens tidos como fundamentais, tais como alimentação, moradia, saúde e educação, não colocam em discussão bens culturais, a exemplo de livros e pinturas, que, por vezes, somente são acessíveis a partes da sociedade, em especial, àquela de maior poder aquisitivo. Dentro desse contexto, Candido afirma que acreditar nos direitos humanos é concretizar na realidade o anseio teórico pela igualdade e pela justiça social. Nesse sentido, “o esforço para incluir o semelhante no mesmo elenco de bens que reivindicamos está na base da reflexão sobre os direitos humanos” (CANDIDO, 2004, p. 172).

A partir das reflexões de Candido (2004), vislumbramos a literatura como poderoso instrumento de formação intelectual e afetiva dos indivíduos, pois via de acesso à cultura, e,

por conseguinte, uma forma de humanização, manifestada pela união da forma e do conteúdo, ou seja, da mensagem e da organização perpetrada nas produções literárias, orais ou escritas. Em síntese, “a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade” (CANDIDO, 2004, p. 186), porque molda os sentimentos e a nossa cosmovisão, e como instrumento de luta, focaliza e desmascara a miséria, a servidão e a mutilação material e espiritual. Destarte, na compreensão do sociólogo, “uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável” (CANDIDO, 2004, p. 191).

LITERATURA E SOCIEDADE: À SOMBRA DE UM PERIGO

No contexto de sociedade profundamente marcada pelas constantes transformações tecnológicas, pelo utilitarismo do tempo e pragmatismo das ações, como a do século XXI, torna-se forçoso buscarmos compreender a validade da Literatura, porque ao considerarmos o comportamento da sociedade contemporânea no que se refere à literatura, revela-se uma condição ambígua, pois conforme assevera Leyla Perrone-Moisés (2016, p. 7), na medida em que “a situação do ensino da literatura continuou se degradando, a prática da literatura não só tem resistido ao contexto cultural adverso mas tem dado provas de grande vitalidade, em termos de quantidade, de variedade e de qualidade”.

É irrefutável a percepção da perda tanto de espaço quanto de prestígio sofrida pela literatura na contemporaneidade, caracterizada pelo despontar de uma *sociedade líquida*³ cujas relações interpessoais tornaram-se frágeis e o consumismo materialista foi transformado em palavra de ordem. O decurso dos anos tem mostrado que o seguimento literário afetado foi o dito canônico. Com efeito, não podemos deixar de reconhecer o fato de obras consideradas *best-seller*, alvo da publicidade-propaganda, angariarem diuturnamente mais espaço e, em virtude disso, maior visibilidade, conforme depreendemos das palavras de Compagnon (2009, p. 21):

Pois o espaço da literatura tornou-se mais escasso em nossa sociedade há uma geração: na escola, onde os textos didáticos a corroem, ou já a devoraram; na imprensa, que atravessa também ela uma crise, funesta talvez, e onde as páginas literárias se estiolam; nos lazeres, onde a aceleração digital fragmenta

³ Para uma melhor compreensão do conceito de sociedade líquida, recomenda-se a leitura de *Tempos líquidos*, de Zygmunt Bauman (2007).

o tempo disponível para os livros. Tanto que a transição entre a leitura infantil – que não se porta mal, com uma literatura para a juventude mais atraente que antes – e a leitura adolescente, julgada entediante porque requer longos momentos de solidão imóvel, não mais está assegurada.

Assim, a leitura literária, em dias de uma “modernidade líquida”, para não dizer de uma “vida líquida”⁴, na qual todos estamos sempre ocupados e correndo contra o tempo – luta inglória –, tem se restringido cada vez mais a uma literatura *light*, como afirma Vargas Llosa (2013, p. 31): “Por isso, não é de estranhar que a literatura mais representativa de nossa época seja a literatura *light*, leve, ligeira, fácil, uma literatura que sem o menor rubor se propõe, acima de tudo e sobretudo (e quase exclusivamente), divertir”. Assim, torna-se cada vez mais raro a presença de nomes como Homero, Dante, Shakespeare, Victor Hugo, Dostoiévski, Virgínia Woolf, Clarice Lispector, Guimarães Rosa, Lúcio Cardoso, entre outros autores considerados “difíceis” de ler, nas estantes de um público que não o acadêmico, sobretudo, da área de Humanidades. Não que não seja possível que qualquer dos escritores citados, e outros tantos pertencentes ao cânone ocidental, despertem o interesse de pessoas sem vínculos com os cursos de Ciências Humanas; ou que aconteça justamente o contrário, e estudantes e profissionais desse campo não apresentem desejo por esses escritores e suas respectivas obras.

Situações como as elencadas anteriormente, demonstram que a crise enfrentada pela Literatura tem causas exteriores a ela, isto é, não é a Literatura que deixou de ser atraente ou perdeu o seu efeito catártico, do qual vem o poder humanizador que Antonio Candido falava. O que tem acontecido faz parte de um projeto ideológico em que os indivíduos são impelidos pelo capitalismo a uma constante luta pela sobrevivência, restando pouco tempo para o ócio, momento em que as atividades como a leitura ou outras formas de exercício da fabulação deveriam acontecer (CANDIDO, 2004). Esse contexto favorece, então, a proliferação da chamada literatura *light* porque se adapta às novas condições de vida dos seus potenciais leitores e, conseqüentemente, encontram espaço no mercado editorial que, por sua vez, também está imerso na lógica capitalista em que o objetivo primeiro é o lucro.

Ainda encontramos nas prateleiras das livrarias os exemplares da literatura canônica, ou seja, “a que se manifesta em determinados textos, escritos numa linguagem particular, textos que interrogam e desvendam o homem e o mundo de maneira aprofundada, complexa,

⁴ Os conceitos de “modernidade líquida” e “vida líquida” também são desenvolvidos por Zygmunt Bauman em livros homônimos aos conceitos.

surpreendente” (PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 25). Entretanto, o valor cobrado por essas obras, na maioria das vezes, é percebido como mais um empecilho para aqueles que almejam adquiri-las. Considerando-se esse ponto, a questão mercadológica parece reforçar o caráter elitista de uma literatura considerada erudita (CANDIDO, 2004) e, a um só tempo, gerar outro problema que, de início, deveria constituir parte da solução: na tentativa de democratizar o acesso à Literatura, sobretudo, a essas altas literaturas⁵, surgiram meios alternativos como os sebos e grandes distribuidoras virtuais. Estas últimas, por não estarem restritas à distribuição de livros, possuem condições de oferecer menores preços e melhores condições de pagamento e transporte dos produtos vendidos, no caso, os livros. O que, aparentemente, deveria trazer benefícios, termina afetando quem está na outra ponta da cadeia produtiva, pois, se por um lado torna as obras mais acessíveis ao leitor, por outro, tem trasladado as livrarias físicas e editoras independentes às correntezas da falência, uma vez que a concorrência com essas grandes distribuidoras é quase impossível.

Vista por outra perspectiva, o da digitalização como ferramenta de democratização do conhecimento, o fato de diversas obras canônicas estarem disponíveis em sítios de domínio público parece amainar os obstáculos ensejados no contexto mercadológico e, por conseguinte, o próprio sentido de elitização da literatura. Nesse quadro, a discussão levantada por Candido (2004) mostra-se “envelhecida”. Entretanto, como deixar de perceber a crise da literatura em nossa época cingida pelo consumismo desenfreado, numa trilha que vai da expansão eletrônico-editorial à midiaticização de pseudo-escritores e pensadores? De fato, consoante à percepção de Perrone-Moisés (2016, p. 23), uma das causas mais aventadas para a referida crise é “o impacto das mutações tecnológicas, em especial a informatização, que, se por um lado beneficia a produção e o comércio dos livros, por outro privilegia a leitura rápida em detrimento da leitura lenta e reflexiva”. Ora, ler mais não significa, necessariamente, ler melhor.

Nessa conjuntura, o vertiginoso crescimento dos “clubes por assinatura” com a alegada pretensão de democratizar o hábito da leitura acaba, a nosso ver, por massificar a experiência literária e, em virtude disso, corrói a fruição do texto literário e corrompe o prazer da leitura, já que a liberdade de escolha de leitura, em graus variados, passa a ser gerida e pautada pela lógica de construção de mercados consumidores. Nesse sentido, cabe, aqui, a reflexão tecida pelo filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2017a, p. 9), segundo a qual “a tendência da sociedade

⁵ Referência à obra de Leyla Perrone-Moisés, *Altas Literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos* (1998), em que a autora aborda questões referentes ao cânone ocidental na modernidade, também chamada de pós-modernidade.

de consumo é eliminar a alteridade atópica em prol de diferenças consumíveis”. Com efeito, acontece, nesse caso, o apagamento das alteridades por meio da criação de “uma violência do consenso” (HAN, 2017b, p. 17), de maneira que nem sempre o interesse em ler os livros disponibilizados por esses clubes está alinhado ao desejo genuíno do indivíduo, mas, sim, a um desejo introjetado pelos mais diversos mecanismos publicitários de persuasão.

Ainda em sintonia com o pensamento de Byung-Chul Han, especialmente com as ideias expressas em *Infocracia: digitalização e a crise da democracia* (2022), percebemos o quanto estamos submetidos ao “regime de informação”, ou seja, presos a uma “forma de dominação na qual informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente processos sociais, econômicos e políticos” (HAN, 2022, p. 7). Nessa conjuntura, a digitalização como forma de democracia se revela uma falácia, redundando num indivíduo à mercê dos algoritmos. Isso ocorre devido à transformação radical provocada pelo processo de digitalização no mundo contemporâneo, que altera radicalmente a maneira como percebemos e nos relacionamos com o mundo e com os indivíduos ao nosso redor, pois “o sujeito submisso do regime de informação não é nem dócil, nem obediente. Ao contrário, supõe-se *livre, autêntico e criativo. Produz-se e se performa*” (HAN, 2022, p. 9, grifo do autor).

LITERATURA E ENSINO: O PERIGO À ESPREITA

Frente ao cenário nada promissor, é válido ressaltar que, ao pensarmos na Literatura como disciplina curricular, partimos do pressuposto que nas escolas e nos cursos de Letras, ela deveria ter seu lugar garantido, assegurando, assim, o contato de crianças, jovens e adultos com o universo literário. Todavia, o que vemos é a diluição da disciplina dentro de outras áreas do saber, de modo que, no ensino médio, por exemplo, a Literatura está inclusa na grande área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, acerca da qual Perrone-Moisés (2006, p. 20) tece o seguinte comentário:

O título já diz muito. Estamos em tempos de “linguagens” no plural, isto é, multimídia, e, entre as linguagens, a verbal é apenas uma, e não a mais importante. Múltiplas linguagens supõem múltiplos códigos. E o domínio desses códigos não é considerado como sendo da ordem do conhecimento, mas da tecnologia.

Dessa forma, essa grande área abrange o ensino de língua materna, de uma língua estrangeira, no mínimo, e de outras formas de linguagens. Diluída no meio de outros saberes que são, inclusive, afins à Literatura, seu ensino não consegue estabelecer uma prática pedagógica interdisciplinar, em vez disso, assistimos, ano após ano, a disciplina perder um pouco mais de espaço, uma vez que não pode ser incorporado, totalmente, à visão utilitarista do mercado que, além de interferir na produção, na oferta e na procura – por assim dizer – da própria Literatura, influencia na concepção que temos de ensino, segundo a qual, a disciplina é preterida em relação a outras matérias, dado que, “além de ver a literatura apenas como portadora de conteúdos culturais, insiste no caráter lúdico e prazeroso da fruição literária, posição semelhante ao supérfluo, como o adereço que distrai.” (FREDERICO; OSAKABE, 2004, p. 72).

Nessa condição, a Literatura seria algo dispensável para a formação de mão de obra e, portanto, dispensável para o ensino que, ainda em consonância com o pragmatismo social, deve apresentar resultados objetivos, de maneira que, as poucas aulas de literatura têm como finalidade, na maioria dos casos, preparar os alunos para as avaliações letivas e para os vestibulares, contudo, “[...] o ensino da Literatura, tal como se vislumbra nos PCNEM, está inteiramente fora de sintonia em relação àquilo que tanto as expectativas sociais e escolares (ENEM), quanto as universitárias vêm formulando.” (FREDERICO; OSAKABE, 2004, p.74).

Nota-se, porquanto, que a Literatura, como objeto de caráter estético, não tem um fim utilitário e que, talvez, a isso se deva a dificuldade de permanência dela nas instituições de ensino, até mesmo no ensino superior, em que vemos crescer a tendência de substituir o ensino da Literatura pelo ensino das teorias que a circundam, prática que desencadeou resultados inócuos e lamentáveis (PERRONE-MOISÉS, 2006). A nosso ver, a compreensão manifestada por Leyla Perrone-Moisés parece refletir a parcela de culpa dos departamentos de letras ao se permitirem enfeitiçar pelo cântico sedutor dos estudos culturais, fazendo de seus cursos e suas disciplinas proscênios para toda sorte de discussão em detrimento da literatura, colocando o seu estudo à margem.

Se, por um lado, como explica Perrone-Moisés (2016, p. 11), “os movimentos sociais e geopolíticos, difundidos e apoiados nos meios de comunicação de massa, levaram à valorização de obras dedicadas a causas específicas de grupos anteriormente menosprezados: mulheres, negros, colonizados, homossexuais etc.”, por outro lado, no intuito de vocalizar as dores de vozes subalternizadas, entendidas por Gayatri Chakravorty Spivak (2010, p. 12) como aquelas

dos indivíduos das “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal”, em diversos momentos, caímos na reacionária patrulha ideológica. Esta, muitas vezes, ao invés de propor a leitura reflexiva e a problematização de aspectos condenáveis e sombrios do humano, presentes em vários escritores considerados canônicos, como um instrumento a serviço do processo de humanização, prefere aplicar o selo do *cancelamento* em voga na sociedade atual.

Na compreensão de Perrone-Moisés (2016, p. 19), “as ambiguidades ainda são maiores, porque o aspecto estético tem perdido terreno em decorrência da banalização do conceito de literatura”. Sendo assim, trajando-se, escrevendo-se e afirmando-se de maneira despreocupada com a forma e, em determinada medida, até mesmo com o conteúdo, aquilo que passou a ser considerado literatura se encontra em toda parte e, a depender do ângulo, tudo é literatura. Logo, conforme destaca Perrone-Moisés (2016, p. 11), “o problema é que não se sabe mais o que é ou não é ‘estético’”. Em consonância com a argumentação colocada em *Altas literaturas*, observa-se que a intercessão em torno da “valorização do estético não é necessariamente reacionária” (PERRONE-MOISÉS, 1998, p. 201). Sob essa perspectiva, torna-se necessário concordarmos, pontualmente, com a argumentação apresentada em *O cânone ocidental*, quando Harold Bloom (2013, p. 42) tece uma defesa dos critérios estéticos em oposição aos ideológicos, asseverando: “só se irrompe no cânone graças à força estética, que é essencialmente constituída por um amálgama: domínio da linguagem figurativa, originalidade, poder cognitivo, saber, exuberância de dicção”. Portanto, para promover a inclusão, não é preciso conduzir ao rés-do-chão o cânone e a tradição; ao contrário, é imprescindível conhecê-los e degluti-los para melhor revitalizá-los.

AFINAL, PARA ONDE VAI A LITERATURA?

Estando em perigo, para onde vai a Literatura? A resposta não é simples e, conforme foi exposto ao longo da discussão em torno do tema, bastante controversa, de modo que, se não temos uma resposta definitiva, sabemos, pelo menos, o que não devemos fazer. Assim, não basta incorporar ao currículo dos cursos de Letras o estudo de obras de autores pertencentes a alguma minoria, nem tampouco analisar os textos com base apenas nas teorias culturalistas, pois o que seria considerado um critério relevante para o estudo de determinadas obras pode não ser a posteriori. Não se pretende com isso afirmar que o cânone não é construído a partir de determinados valores, contudo, que, dentre esses, o valor mais perene seja o estético, porque dele resulta a

catarse inerente à arte, postulada desde os princípios aristotélicos: “Às vezes os sentimentos de temor e pena procedem do espetáculo; às vezes, também, do próprio arranjo das ações, como é preferível e próprio do melhor poeta.” (ARISTÓTELES, 2005, p. 33). A poética aristotélica, embora vinculada a um contexto e gênero específicos, tem servido desde então como base da Teoria Literária, na qual o “arranjo das ações” pode ser entendido como o trabalho com a forma que envolve todos os aspectos elencados quando da citação de Harold Bloom.

É preciso criar, portanto, espaços para que a Literatura possa falar, ser ouvida e dar voz aos indivíduos marginalizados ou não, porque, conforme disse Barthes, “a literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa; ou melhor: que ela sabe algo das coisas – que sabe muito sobre os homens” (BARTHES, 1977, p. 18). Nesse sentido, vemos que a prática contemporânea de saraus nas periferias, clube de leituras e o uso da tecnologia para a divulgação da arte literária são formas alternativas para democratizar o acesso a essa e a outras produções artísticas, uma vez que essas estratégias cumpririam a função de mediar o contato do povo com a arte fora dos ambientes elitizados financeira ou intelectualmente.

Apesar das dificuldades já apontadas, podemos dizer que a Literatura é símbolo de resistência e, logo, não irá desaparecer. Destarte, cabe ressaltar que sua resistência não é apenas de caráter social, uma vez que não se dobra totalmente às exigências do sistema capitalista e, inclusive, cria o que se denominou de “lugar de fala”⁶. No entanto, sua característica de resistir se dá, sobremaneira, no que diz respeito à linguagem, levando em consideração o princípio barthesiano de que toda língua é fascista e que a única forma de nos opormos a esse fascismo é através da Literatura:

Mas a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens, só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura. (BARTHES, 1977, p. 16).

As palavras de Roland Barthes em sua famosa *Aula* (1977) ecoam em nossos dias e enche de esperança aqueles que insistem nessa instituição chamada Literatura e no seu ensino, que é, na realidade, o ensino da prática de ler textos literários, a qual só pode ser desenvolvida

⁶ Conceito desenvolvido por Djamila Ribeiro (2017) que visa discutir o poder de fala e o silenciamento imposto mormente às mulheres negras, mas, também, considerando outras categorias minoritárias.

com a presença inalienável da própria Literatura. Desse modo, se há uma possibilidade de assegurarmos a continuidade dessa disciplina e, por conseguinte, a nossa existência enquanto profissionais da área, ela consiste na atividade incansável – ideia um pouco romantizada para a realidade hostil do sistema educacional brasileiro - de lermos literatura para nossos alunos. Em outras palavras: “Fora do texto, não há salvação”. (GREIMAS, 1974, p. 31).

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. Arte poética. In: ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. *A poética clássica*. Tradução direta do grego e do latim por Jaime Bruna. 12. Ed. São Paulo: Cultrix, 2005. p. 19-55.
- BARTHES, Roland. *Aula*. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BATAILLE, Georges. *A literatura e o mal*. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- _____. *Tempos líquidos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BLOOM, Harold. *O cânone ocidental*. Tradução de Manuel Frias Martins. 5. ed. Lisboa: Temas e debates, 2013.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários escritos*. 4ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, p. 169-191.
- COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- _____. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- EAGLETON, Terry. O que é literatura? In: EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 1-25.
- FREDERICO, Enide Yatsuda; OSAKABE, Haquira. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/03Literatura.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 21.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 84 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2019.
- GREIMAS, Algirdas Julien. L'Énonciation: une posture épistémologique. *Significação – Revista Brasileira de Semiótica*, nº1. Centro de Estudos Semióticos A. J. Greimas: Ribeirão Preto [SP]. p.09-25.
- HAN, Byung-Chul. *Agonia do Eros*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017a.
- _____. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2017b.



- _____. *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes, 2022.
- LLOSA, Mario Vargas. “Em defesa do romance”. In: MORETTI, Franco (Org.). *O romance – a cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- _____. *A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura*. Trad. Ivone Benedetti. 1ªed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. p.29-51.
- PERRONE-MOISÉS, L. *Altas literaturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. Literatura para todos. *Literatura e Sociedade*, [S. l.], v. 11, n. 9, p. 16-29, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ls/article/view/19709>. Acesso em: 12 set. 2023.
- _____. *Mutações da literatura no século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Goulart de Almeida; Marcos Feitosa, André Feitosa) Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura*. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1971.
- ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a literatura medieval*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993.